



DESATANDO A CRISE

TRABALHOS DE CUIDADOS EM TEMPOS DE CORONAVÍRUS



Dossiê nº 38

Instituto Tricontinental de Pesquisa Social

Março de 2021

FOTO DE TAPA

Ailén Possamay. *Isso que chamam de amor é trabalho não pago.*
Cidade Autônoma de Buenos Aires, 2019.



DESATANDO A CRISE

TRABALHOS DE CUIDADOS EM
TEMPOS DE CORONAVÍRUS



Dossiê nº 38 do Instituto Tricontinental de Pesquisa Social
Março de 2021



Ailén Possamay. *O mundo não está parado, seguimos sustentando a vida*, Junín de los Andes, Argentina, 2019.

Introdução

Como o conflito capital-vida é redefinido no contexto de uma pandemia? Quais são os processos e dinâmicas que sustentam a vida e o mundo? Quem os garante? Que correlato tudo isso tem nas vidas-corpos-territórios concretos e diversos? Como se reelaboram os espaços do comum? Como os lares implodem neste contexto? Como se aprofundam as desigualdades decorrentes da divisão sexual do trabalho e da omissão dos cuidados como uma responsabilidade, uma necessidade e um direito coletivo? Que efeitos desiguais isso tudo têm sobre a vida das mulheres, lésbicas, travestis e trans?

Com essas indagações e a cumplicidade para politizar juntas alguns elementos que a pandemia deixou à mostra, criamos o *Destapar la crisis* [Destapar a crise], um mapeamento da pandemia sob um olhar feminista, em formato de podcast. De mãos dadas com as feministas populares que das margens apoiam e criam redes, constroem infraestruturas populares e lutam para visibilizar nossa dependência mútua e em relação ao entorno, nos propomos a analisar o impacto da pandemia.

Este dossiê é uma sistematização desse trabalho no qual, a partir de múltiplas e diversas realidades localizadas em um determinado espaço, investigamos as resistências que emergem diante da intensificação da exploração, dos saques e da violência em um contexto de colapso econômico, sanitário e alimentar. Estruturamos o dossiê em três âmbitos: a comunidade, as casas/lares e o trabalho doméstico e de cuidados. Em todos eles se materializam, ainda que de diferentes

formas, a mercantilização, a privatização, a precarização e a feminização dos cuidados.

As suspeitas e intenções iniciais que nos convocaram a esta tarefa foram enriquecidas pelos olhares das companheiras e pelos diálogos que entre elas se deram ao atravessarmos esses territórios e realidades aparentemente isolados. Trata-se de uma aposta na aprendizagem colaborativa a partir do diálogo e da escuta, o que não teria sido possível sem todas as lutadoras que se animaram a compartilhar seus sentires e experiências.





GUARDIÃS DA COMUNIDADE

A partir dos territórios, nasce organização e se recriam processos e infraestruturas para sustentar a vida de forma comunitária. Com a chegada da pandemia, as tensões se agudizam e se transformam.

Qual é o papel das redes de cuidados comunitários nos bairros populares? Qual é o reconhecimento social e econômico das pessoas que tocam essas tarefas?

Janet Mendieta (Central de Trabajadores Argentinos), Lucero Ayala e Shirly Britchez (Movimiento Popular La Dignidad), María Benitez (Federación de Organizaciones de Base), Lourdes Durán (Asamblea Feminista de Soldati), Analía Jara (La Enramada), Luz Bejerano (Movimiento Transexual Argentino) e Silvia Campo (Encuentro de Organizaciones) são as guardiãs da comunidade, com as quais refletimos sobre o trabalho de cuidado comunitário e seus desafios.

Novo mapa de trabalho, neoliberalismo e resistências

Durante a greve internacional feminista de 2017, na Argentina, mulheres trabalhadoras da economia popular lançaram a palavra de ordem: “se nossas vidas não valem, produzam sem nós”. Elas reeditaram, assim, o debate feminista dos anos sessenta e setenta sobre o “trabalho invisível” de nossas sociedades, em referência a todas essas

atividades que, embora fundamentais na produção e reprodução da vida, nem sempre são reconhecidas ou remuneradas (Federici; Austen, 2019; James; Dalla Costa, 1979; Larguía; Doumolin, 1976; Federici, 2013).

Mas desde os anos setenta até os dias de hoje muitas coisas mudaram. O trabalho assalariado teve uma retração e mulheres, lésbicas, travestis e trans desempenharam um papel protagônico na construção de estratégias econômicas de sobrevivência para sustentar os lares. Muitas dessas estratégias ficaram centradas nas necessidades dos bairros, vinculadas à reprodução da vida (Gago, 2019), incluindo a dependência imediata de crianças ou idosos, e toda uma série de tarefas que garantem alimentação, vestuário, habitação e/ou até água, ou seja, serviços básicos para a subsistência e urbanização nas periferias rurais e urbanas.

Tivemos que sair para trabalhar com filhos e filhas nas costas e aguentar os olhares de indignação enquanto rasgávamos um saco de lixo; tivemos que abrir as portas de nossas casas para que as crianças do bairro merendassem, e criar refeitórios populares (Deolinda Carrizo)¹.

Essas estratégias, nascidas dos próprios processos organizativos territoriais, têm a peculiaridade de colocar no centro a construção de infraestrutura comunitária.

Eu, aqui na vizinhança, estava trabalhando em uma cooperativa de manutenção [...] carpia, coletava lixo, fazia a

limpeza da área todos os dias. E depois, duas vezes por semana à tarde, ia para o refeitório comunitário (Silvia Campo).

Essas experiências nascem em resposta à desapropriação neoliberal, cujas consequências colocam um peso particularmente intenso para as mulheres, que são as que vão suprir a ausência do Estado quando os serviços e as proteções sociais são cortados. Em suma, as redes de solidariedade comunitária articulam as demandas de trabalho, o direito a um ambiente limpo e livre de violência, com saúde, educação, moradia, alimentação e terra para produzir.

A comunidade no centro

A necessidade as tirou de casa, mas a politização de suas necessidades as levou a recriar outros lares na comunidade. A comunidade é o território-lar a partir de onde as estratégias econômicas, políticas e afetivas se desprendem. Alimentos, caminhos, ruas pavimentadas, esgotos e casas são produzidos por meio dessa economia popular e feministas. Mas, acima de tudo, se produzem lutas, sonhos e redes afetivas para sobreviver.

Somos nós, as mulheres, que nos organizamos e realizamos as tarefas de cuidado, que damos contenção à família em muitos aspectos. Não só alimentamos, cozinhamos e servimos a comida, mas muitas vezes seguramos as pontas, nossas e de outras pessoas, e tentamos encontrar uma solução a todos os problemas (Janet Mendieta).

As redes construídas pela comunidade trans, para enfrentar a discriminação e estigmatização a que essa sociedade as submete, fazem parte desses trabalhos comunitários. A solidariedade as mantém vivas:

Uma companheira trans abriu seu refeitório comunitário em um dos municípios [...] mais conservadores, onde há mais violência machista e de gênero. [...] Além da discriminação e de tudo o que teve que suportar, se estabeleceu ali para ajudar crianças e pessoas trans, alimentá-las, dar uma merenda (Luz Bejerano).

Feminização e essencialidade do trabalho comunitário

Esses novos mapas do trabalho que emergem como consequência, mas também como resistência ao neoliberalismo, reproduzem as desigualdades inscritas na divisão sexual do trabalho.

Por divisão sexual do trabalho nos referimos ao processo histórico, social e político pelo qual habilidades, competências, valores e/ou responsabilidades foram atribuídas às pessoas de acordo com características biológicas associadas a um ou outro sexo. Isso se traduz em uma certa distribuição das tarefas fundamentais para a organização social de acordo com as características biológicas. Além disso, nas sociedades capitalistas modernas, esse processo é acompanhado pela hierarquização de algumas tarefas sobre outras, com consequências concretas para a distribuição desigual de poder entre os corpos. Nesse processo, os âmbitos da produção de mercadorias e



Colectivo Wacha. *Nós movemos o mundo, nós o paramos.* Intervenção realizada durante a Marcha do 8M a partir de uma fotografia de companheiras trabalhadoras da economia popular (8/03/2018). La Plata, Argentina.

da reprodução da vida foram cindidos, com uma hierarquização da primeira sobre a última. As mulheres foram “oficialmente” encarregadas de todos os aspectos da reprodução. Já os homens, ao contrário, ficaram responsáveis pelo “mundo exterior”, pelo trabalho produtivo, pelo estudo, pela política e pelas leis. No caminho, foi se instalando no senso comum a ideia de uma divisão do trabalho: “homens na praça e mulheres na casa”. Aí reside um nó importante para compreender a subordinação do poder social das mulheres nas sociedades capitalistas modernas.

A comunidade, como território doméstico expandido, é sustentada pelo trabalho de mulheres, lésbicas, travestis e trans.

A grande maioria de nós somos mulheres [...] e a maioria de nós não tínhamos um trabalho, donas de casa, como dizem, mas um trabalho que nunca foi reconhecido porque é também um trabalho. Ou seja, não tínhamos um trabalho formal. Tivemos essa oportunidade de conseguir nos formar e nos capacitar. Começamos nos fins de semana porque não tínhamos muito tempo nos dias de semana, pois fazíamos outras tarefas, como vendas em feiras, faxinas ou trabalhos em casa também. Fomos nos formando ano após ano. Agora trabalhamos em nosso bairro, temos um emprego e somos todas mulheres (Shirly Britchez).

Nessas comunidades, o trabalho reprodutivo é resolvido coletivamente e, em sua politização, consegue ressignificar essas tarefas como um trabalho socialmente necessário. Não obstante, uma

distribuição desigual desses trabalhos permanece, e recai sobre os corpos feminizados.

Em geral, é assim porque vivemos em um sistema patriarcal - e pior ainda nos bairros populares. O trabalho sempre foi feito por mulheres; sempre delegam a nós a responsabilidade de ter que saber cozinhar e cuidar (Janet Mendieta).

As atividades, processos e redes comunitárias são fundamentais para sustentar as vidas nos territórios marcados pela desapropriação.

[Nossos trabalhos] são primordiais porque somos nós que moramos aqui no bairro, as que conhecem as necessidades, as que conhecem as problemáticas, somos nós que vivemos dia a dia com nossos vizinhos e vizinhas e [...] cuidamos daqueles que mais precisam (Shirly Britchez).

Sem essas redes e infraestruturas populares não há vida, nem feira, nem comida nas casas, nem vacina, máscaras ou isolamento.

Se ninguém o fizesse, estaríamos zerados, não haveria limpeza no bairro, a grama estaria alta, muitas crianças e vizinhos sem o jantar à noite, ou sem um copo de leite à tarde, teriam uma refeição a menos por dia (Silvia Campo).

Esse tecido implica um trânsito, um salto poderoso. A partir da gestão imediata da subsistência, estratégias de resistência são recriadas e questionam e transformam as premissas sobre as quais esse sistema foi construído. Porque nesses processos coletivos é produzido

algo mais que cuidado, “são espaços onde problematizamos nossos modos de viver [...]. Onde as pessoas e o grupo no bairro também questionam o sistema de dominação, opressão, o patriarcado, então, o consideramos um espaço muito amplo e aberto à comunidade” (Analia Jara).

Reconhecimento e remuneração

Essas economias populares e feministas nem sempre recebem o reconhecimento que merecem, embora saibamos que são jornadas de “horário comunidade”, o que significa estar sempre disponível. Nem sempre recebem justiça na proporção em que a produzem. E há muitos anos, lutam pelo reconhecimento social e econômico desses trabalhos.

Primeiro eles teriam que reconhecer que somos trabalhadoras essenciais e depois que sejamos reconhecidas com um salário também, porque trabalhamos muito mais do que teríamos que trabalhar, fazemos muitos trabalhos. Como promotoras de gênero, saúde, cozinheiras de refeitórios populares e locais para servir merendas, e tudo o que não é reconhecido ou visibilizado. E se não são visibilizados, muito menos seremos reconhecidas ou remuneradas com um salário (Janet Mendieta).

Elas ressignificam a palavra de ordem “o que chamam de amor é trabalho não pago” que se multiplicou em murais por toda a Argentina durante as greves feministas internacionais. “O que fazemos é um

trabalho não remunerado, ou seja, que ninguém valoriza nosso trabalho como mulher, mas para mim é muito importante, mesmo que digam que não fazemos nada, o que não é verdade” (Maria Benitez).

As redes feministas e a redefinição dos trabalhos comunitários na pandemia

O surgimento da pandemia mostrou, como nunca antes, as desigualdades e a precariedade que é a realidade para grande parte da sociedade. Nos bairros populares se declarou isolamento comunitário, porque o #FiqueEmCasa não pode ser vivido fora da comunidade e de suas redes. Nessa construção coletiva de estratégias e redes, se busca saldar as desigualdades materiais e garantir o acesso aos direitos.

Na linha de frente da comunidade, mulheres, lésbicas, travestis e trans tocam refeitórios comunitários e locais para servir merendas que não são suficientes porque precisam servir muito mais pessoas que antes da pandemia. A fome é um dos principais problemas que se agrava neste contexto.

Se bem tínhamos um registro de 200 companheiras trans, [...] com a pandemia, de repente, temos um registro de mais de 500 companheiras na província [...] que começaram a nos chamar por falta de comida porque não tinham qualquer renda, porque nos municípios não queriam dar a elas cestas de comida e muitas dessas situações e problemas que a quarentena e pandemia deixaram à mostra (Luz Bejerano).

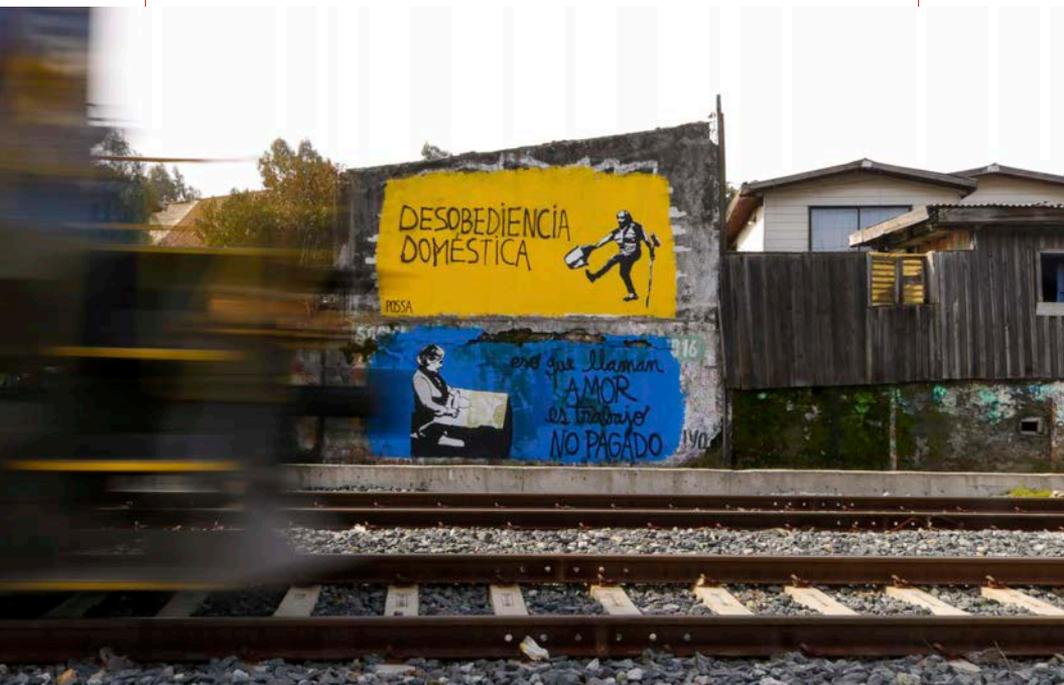
Elas conseguem mercadorias, preparam os alimentos, os distribuí e se preocupam com a dificuldade de cumprir o isolamento. Lucero conta como elas se viram forçadas a diversificar suas tarefas e a construir seus próprios protocolos, colocando em prática o “cuidamos umas às outras”: “Dentro do bairro eu sou agente de saúde, atuo na limpeza do bairro e [...] também nos refeitórios ajudando colegas na manipulação das vasilhas, temos que aplicar os protocolos, dar muita informação” (Lucero Ayala).

Centenas de agentes de saúde percorrem as casas diariamente para detectar o vírus, acompanhar os isolamentos de pessoas idosas que vivem sozinhas, fazer campanha nos bairros sobre os cuidados necessários e articular respostas com hospitais e centros de saúde.

Também procuramos informações sobre onde há casos de Covid-19, as áreas próximas, [...] os cuidados que se deve ter para não contrair a doença. Foi muito ativada a parte dos ambulatorios, quais dias atendem ao público, sobre a distribuição de leite, dias que vacinam crianças, lugares para ir se tiver sintomas, é possível ligar para que o atendam comparecer ou procurar, dar informações (Silvia Campo).

São também elas que freiam os despejos de vizinhos e vizinhas que, diante da falta de emprego e com novas dificuldades para realizar as atividades de subsistência anteriores, já não conseguem pagar o aluguel.

Como estamos aqui no bairro, nossas vizinhas e vizinhos nos contavam que queriam despejá-los por causa da questão



Ailén Possamay, *Desobediência doméstica / Isso que chamam de amor é trabalho não paga*, Concepción, Chile, 2019

dos alugueis. Sabemos muito bem que não temos um trabalho, não estavam conseguindo pagar o aluguel e os proprietários exigiram o pagamento do aluguel ou deveriam sair e procurar outro lugar. Então, nessa questão, fomos nos articulando [...] para ir às casas e conversar com os donos, que isso não podia ser feito no decorrer da pandemia, expulsar uma família (Shirly Britchez).

Centenas de promotoras de gênero e as redes feministas garantem os acompanhamentos a mulheres, lésbicas, travestis e trans vítimas de violência no contexto de isolamento, e recriam de mil maneiras os encontros e espaços de confiança. “Aí a rede feminista foi orientando como fazer a intervenção em casos de violência de gênero, criar um protocolo comum em todo o bairro, criar rede de contatos para proteger a mulher que está sendo vítima de violência de gênero, temos que fazer um trabalho abrangente” (Lourdes Durán).

Todas essas redes, trabalho e processos organizativos hoje se mostram mais essenciais que nunca para enfrentar a crise que a pandemia agrava. Nessas redes de ajuda comunitária, contando com práticas e tramas que historicamente souberam construir, de baixo para cima, para a gestão do comum, as guardiãs das comunidades mostram que, agora mais que nunca, sustentar a vida implica interdependência e solidariedade. Mas também põem em destaque o trabalho, nem sempre visível e quase nunca remunerado, que envolve o cuidado comunitário e o papel protagônico que as mulheres, lésbicas, travestis e trans têm nele.



A CASA EM DISPUTA

Se olharmos pelas janelas das diversas casas, que dinâmicas se intensificaram durante a pandemia? Quais foram modificadas? Que relações existem lá dentro e como elas condicionaram o trabalho de fora? Quais são os limites do trabalho dentro e fora das casas? O que acontece com os lares que não fazem parte do que as estatísticas consideram um lar “típico”?

A pandemia expôs as desigualdades pré-existentes: nem todos têm um teto, não é para todos que a casa é um lugar seguro. Por outro lado, as relações no interior de cada lar se modificou. O trabalho de cuidado foi intensificado e as casas se converteram em escolas, escritórios e locais de isolamento. Os hábitos mudaram e tiveram que se adaptar a um “novo normal”.

Juntamente com Rita Cabrera (cuidadora de idosos), Pamela Cutipa (trabalhadora do sexo), Mariana Rojas (enfermeira e militante de Nuestramérica), Marta Dillon (jornalista e integrante da Ni Una Menos), Estefi Barone (professora) e Sofia De Luca Bustos (trabalhadora da economia popular), refletimos sobre o que acontece dentro das casas: a distribuição de tarefas, as convivências, aos trabalhadores/as que foram autorizados a sair desde o início e aqueles/as que se insistiu em chamar “não essenciais”, e as redes afetivas e de cuidado que recriaram para enfrentar a pandemia. Com Paula Aguilar (Conselho Nacional de Investigações Científicas e Técnicas - Conicet), questionamos a criação da “família moderna”, os papéis

estereotipados de gênero que ainda funcionam como pilares do patriarcado, e as disputas para redefinir suas fronteiras e contornos.

Rocío Liébana (Mala Junta), Ileana Fusco (Casa Anfibia) e Rubi Fagioli (Coletivo Caracola) compartilharam a experiência da #QuarentenaFeminista, uma estratégia que foi ativada para aqueles para quem o isolamento envolveu exposição constante à violência e um perigo para suas vidas.

Todo lar é político

Ao longo da história, os feminismos foram responsáveis por politizar aquilo que se pretendia naturalizar e se organizaram para mudar a configuração dos lares, as relações que ali se tecem e a divisão sexual do trabalho dentro deles. Desde a década de 1960, a palavra de ordem “o pessoal é político” funcionou como uma senha entre as feministas para questionar tudo o que se deveria ser circunscrito a uma suposta “esfera privada”.

As casas sempre foram uma unidade econômica: dentro delas, há produção e troca. Quem produz o que e como o produto desse trabalho é intercambiado foi sendo modificado ao longo da história, juntamente com as ideias de esferas pública e privada, até chegar à construção atual do lar típico (Fraser, 2016).

O que se esperava que fosse a constituição de um lar-família ideal era um provedor do sexo masculino e uma dona de casa à disposição para a criação dos filhos e para

as tarefas. Na noção de lar funciona a utopia da vida social. No entanto, as fronteiras do lar foram traçadas com muitas críticas, resistência, disputas e tensões. Seria esse o único modo possível para organizar a sustentabilidade da vida? (Paula Aguilar, Conicet).

Apesar dessa imagem estereotipada que vemos se repetir na publicidade, no desenho de políticas públicas e em todas os âmbitos, cada casa é um mundo.

O lar foi historicamente configurado como o núcleo material e simbólico da domesticidade moderna. Não é assimilável à família. As qualidades e o modo de organização adotado pelas famílias vão além dos laços de parentesco. Um lar pode ser composto por uma ou várias famílias e isso também varia de acordo com as classes sociais, regiões e costumes (Paula Aguilar, Conicet).

Para os diferentes tipos de famílias, o ônus do cuidado e do trabalho doméstico é muito diferente. Na grande maioria dos casos, o isolamento reforçou a carga familiar dos cuidados e dos vínculos em geral. Nos obrigou a reduzir ao mínimo o contato com os outros e, portanto, limitar qualquer forma de gestão do cuidado que exceda os limites físicos do lar, ou seja, priorizar algumas relações sobre outras.

A divisão sexual do trabalho: de dentro para fora

Antes da pandemia, minha vida era muito diferente. Muito diferente. Eu entrava quarta-feira de tarde, saía segunda à tarde e voltava na quarta-feira. Eu ia para minha casa na segunda-feira e bem, começava de novo, porque como meu marido trabalhava, a casa estava descuidada, ele também não podia fazer muito, porque entrava às 4 da manhã e saía às 8 da noite (Rita Cabrera).

Rita tem 70 anos e trabalha há 40 anos cuidando de idosos. Seu trabalho foi considerado essencial desde o início da pandemia. Por medo de contaminar sua família, passou os dois primeiros meses sem voltar para casa. Embora tenha trabalhado toda a vida, como o marido, Rita sempre foi a encarregada de organizar e garantir tarefas domésticas: “Ele não fazia nada, não fazia nada. Nem martelar um prego. Ele teve que aprender quando eu saí para trabalhar, tive que ensiná-lo a fazer molho, fazer comida, cuidar do nosso filho” (Rita Cabrera).

Na Argentina existem cerca de 1,5 milhão de trabalhadoras domésticas, segundo o Ministerio de Trabajo, Empleo y Seguridad Social (MTEySS, 2020), entre as quais estão as cuidadoras, como Rita. Os cuidados essenciais, dentro e fora da casa, recaem desproporcionalmente sobre os corpos de mulheres, lésbicas, travestis e trans.

Como diz Silvia Federici (2018), o trabalho doméstico é muito mais que a limpeza da casa. É servir fisicamente, emocionalmente e sexualmente a aqueles que ganham o salário. Pamela Cutipa é uma

trabalhadora do sexo. Nas primeiras semanas de isolamento obrigatório ela ficou sem a possibilidade de trabalhar e foi despejada do quarto onde morava. Foi Margarita, uma trabalhadora doméstica, que ofereceu a Pamela um lugar em sua casa. A pandemia ressaltou mais que nunca a nossa interdependência, para além das paredes das casas. O que chamamos de família é construído de muitas maneiras.

“Eu já tomei uma decisão, agora depende de você. Se você pode ficar esse tempo com as crianças... então me respondeu: ‘sim, sem problemas. Eu não vou trabalhar’” (Mariana Rojas). Mariana é uma trabalhadora da saúde e decidiu aumentar sua jornada de trabalho porque a pandemia assim o exigia. Ela passou meses vendo seus filhos apenas através de uma janela em seu caminho de volta para a casa:

Meu ex-marido não tinha problemas, era tudo ótimo, mas quando se tratava de lidar com escola, horários e tudo o mais, ele não sabia como. Ele sempre estava focado em seu trabalho, nas recreações, nas autorizações e, de um momento para outro, se deparou com outras perguntas: como faz com os horários? E as lições de casa? Por que as mães da escola me ligam? Chegou um momento em que não dava mais, tudo isso nos fez colapsar. Minha mãe teve que intervir e tudo o que tem a ver com as questões escolares ficou com a minha mãe. Com os horários, com o médico, as lições de casa, as reuniões (Mariana Rojas).

Divisões de tarefas enraizadas no tempo não mudam da noite para o dia. Uma vizinha, uma tia, uma avó são as que costumam, em geral, socorrer nesses momentos. No entanto, para Mariana e sua



Colectivo Wacha. *Nao se despeja a dignidade*. Intervenção realizada durante a Marcha dxs Sem Teto (15/01/2017). Mar del Plata, Argentina.

família, a mudança de papéis os fez questionar e falar sobre o que até então estava naturalizado: “As uniões interfamiliares deveriam ter sido diferentes. Não ‘eu cuido disso e você faz isso outro’” (Mariana Rojas).

Marta Dillon, lésbica, jornalista e ativista feminista, diz que, apesar de sua facilidade de trabalhar em casa e ter renda estável, o isolamento foi complexo porque seu espaço doméstico foi transformado. Deixou de ser um ponto de encontro, de festa, de mesas grandes, para se tornar uma espécie de circuito fechado no qual os laços afetivos precisaram ser limitados. “Criar e cuidar é uma tarefa que pode ser realizada de muitas maneiras. Precisamos poder pensar o cuidado das pessoas de uma forma mais coletiva” (Marta Dillon).

Seu filho, Furio, carrega três sobrenomes: o de seu pai e o de suas duas mães.

Para mim, a família tem a ver com laços de cuidado, carinho e afeto mútuo. Não é algo fixo, é algo que está em movimento permanente. Não é o amor que forma uma família, mas amor e cuidado mútuo, a responsabilidade compartilhada entre uns/umas e outros/as. É formar uma comunidade de afetação e responsabilidade mútua. (Marta Dillon)

Quando os feminismos nos indagam sobre os vínculos que sustentam a vida, ao mesmo tempo nos perguntamos: que vidas? O desafio cotidiano é o de construir relações sociais e afetivas que sustentem “outra vida”, não organizada em torno das necessidades de um mercado de trabalho nem dos lucros de alguns poucos. Este desafio se

reflete naquela palavra de ordem que diz que queremos mudar tudo “nas ruas, nas praças e nas camas”.

Casa patriarcal, território inseguro

Apesar das mudanças no último meio século, a configuração patriarcal do espaço doméstico persiste em todo o mundo. Silvia Federici (2018) utiliza o termo “patriarcado do salário” para se referir à arquitetura social criada com a imposição do salário como contrapartida de um trabalho socialmente produtivo e a exclusão do trabalho doméstico de tal relação, e suas consequências no disciplinamento das mulheres em relação à autoridade masculina. Mesmo que as mulheres tenham entrado massivamente no mercado de trabalho, o salário continua a ser um privilégio predominantemente masculino, sobre o qual se assenta a capacidade de mando sobre os outros membros do lar que não têm renda ou, quando as têm, são menores.

Esses lares patriarcais continuam sendo os espaços privilegiados para que a violência contra mulheres, lésbicas, travestis e trans aconteça. Nesses casos, os lugares seguros são construídos para além das paredes das casas. São tecidas redes que apoiam, acompanham e transformam. As medidas de isolamento social limitaram as possibilidades de buscar apoio fora de suas casas quando estas se revelaram um território inseguro.

A dependência econômica e a falta de um teto próprio são condições e motivos que ecoam nos relatos de milhares de mulheres, lésbicas, travestis e trans. É por isso que a Casa Anfíbia — uma organização

social dedicada à construção de moradia e habitat feminista, à alimentação e aos cuidados — não hesitou em relação a que encaminhamento dar a um caso de violência que tiveram que acompanhar durante a pandemia.

Não há possibilidade de pensar em uma saída para a violência de gênero, se não pensarmos em uma casa, um lar, como esse lar é constituída, quem me dá a possibilidade de ter aquela casa. Nesse então, fomos nós mesmas, as companheiras, quem nos organizamos e, com o que tínhamos — que era o capital técnico — e com companheiras do bairro, decidimos montar uma casa (Ileana Fusco).



POR TRÁS DA “MULHER ROBÔ”

Um dos espaços invisibilizados e feminizados no qual a acumulação de capital tem operado é o âmbito do trabalho doméstico e dos cuidados. Longe de ser assumido como necessidade, responsabilidade e direito coletivo, ele tem sido escondido sob o tapete (Roco, 2018). Considerado como um déficit, problema e/ou despesa, tem sido evitado tanto por homens como por Estados. Quem faz esses trabalhos? Em que condições? Temos pensado nos porquês?

Para além das geografias e dos lugares do mundo que se habite, o trabalho doméstico e de cuidados se caracteriza por ser violento e desigual. Isso não é casual ou natural, mas um construto social, derivado de um modelo sustentado sobre um falso ideal de autossuficiência, que nega a vulnerabilidade e a interdependência como condições inatas à vida, em todas as suas formas e cores (Gutierrez e Navarro, 2018; Gonzalez Reyes, Gastó e Herrero, 2019). Este é o “lado oculto” que sustenta o sistema socioeconômico como um todo (Carrasco, 2014).

Constatar como os trabalhos e as trabalhadoras mais indispensáveis para que “a roda siga girando” são as menos valorizadas gera indignação: “[...] todas essas tarefas, como ter roupas limpas, comida pronta e criar filhos, são necessárias para ir trabalhar todos os dias, são necessárias para viver e, na pandemia, isso também ficou demonstrado” (Evelyn Cano).

Por trás da “mulher robô” (Quintana e Roco, 2019) há mulheres, lésbicas, travestis e trans de carne e osso, com suas próprias vidas, afetos e projetos. Juntamente com Evelyn Cano e Mercedes (Coletivo de Trabalhadoras de Nordelta, Argentina); Delia Colque (Ni Una Migrante Menos, Bolívia); Pilar Gil Pascual e Liz Quintana (Tabalhadoras Não Domesticadas, Euskal Herria) e Rafaela Pimentel Lara (Território Doméstico-Madrid), reconstruímos diversas situações, experiências e sentimentos de trabalhadoras domésticas e de cuidado em diferentes regiões da Argentina, Bolívia e do Estado espanhol.

O que não se nomeia não se vê

Produto da divisão sexual do trabalho que já mencionamos, o trabalho domiciliar e de cuidado sempre foi marcado pela desvalorização, privatização e informalidade (Carrasco, Bordeiras e Torns, 2011). Inclusive quando se realiza de maneira remunerada, continua mantendo esses elementos que são acentuados por regulações desiguais em termos de violações dos direitos fundamentais.

O mínimo reconhecimento social, cultural, econômico, político e institucional desse emprego opera gerando impactos desiguais nesse setor. De acordo com dados da OIT (2016), 80% das trabalhadoras domésticas e de cuidados em todo o mundo são mulheres — a maioria pertencente aos países asiáticos e latino-americanos — e cerca de 90% estão na economia informal, sem qualquer proteção social.

Essa desigualdade primária marcou o curso da história desses trabalhos.

É a ideia preconceituosa de que a relação entre tarefas domésticas e ser mulher é natural faz com que 97% das pessoas nesse ramo sejam mulheres. Não temos direitos sindicais, 75% de nós trabalhamos de forma não registrada, sem qualquer proteção legal diante de emergências, em qualquer acidente de trabalho, diante de qualquer coisa que nos aconteça (Evelyn Cano).

As lacunas, omissões e indefinições legais são parte e efeito dessa cegueira, que permite, por ação ou omissão, um conjunto de violações e abusos de direitos fundamentais.

Nós, trabalhadoras do lar, somos como um cão que corre atrás do rabo, não se sabe onde começa o nosso trabalho, não se sabe onde termina [...] porque não está escrito na lei como ele precisa ser feito. Há muitas coisas que foram esquecidas [...] se esquecem de regular a jornada noturna, a regularização está muito aquém do restante dos trabalhadores, ainda por cima não há nenhum sistema de controle. Estamos continuamente dependendo da boa vontade que tenham as pessoas que nos contratam (Pilar Gil Pascual).

À essa lista de esquecimentos, Rafa, de Madrid, acrescenta:

Nós temos reivindicado há muitos anos – e conquistamos – que as trabalhadoras do lar possam ter um contrato por

escrito, possam ter férias ou uma licença de trabalho no terceiro dia – antes era necessário esperar 29 dias. Isso é importante, mas sabemos que existem direitos muito básicos que ainda não temos (Rafaela Pimentel Lara).

O trabalho doméstico e de cuidados sob uma perspectiva interseccional

O racismo presente em nossas sociedades fica exposto em sua brutalidade no trabalho doméstico e de cuidados (Moscoso, 2020; Parello Rubio, 2003 e Colectivo IOÉ, 2001). Mulheres, lésbicas, travestis e trans, trabalhadoras empobrecidas e racializadas são as que sustentam essas estruturas perversas. Na atual crise sistêmica, vemos como o capital está conseguindo —uma vez mais — fortalecer seus lugares de domínio e exploração. Machismos, fascismos e racismos são relançados, complexificando seus dispositivos e tecnologias. Múltiplas opressões são moeda comum e corrente e produto da dívida histórica que a pandemia aprofundou: isolando, coisificando, discriminando e abusando de vidas, corpos e direitos fundamentais.

As violências se cruzam, se sobrepõem, deixam vestígios que permanecem na pele.

Já não me importava mais nada, não me importava se eu ia ser demitida do trabalho [...] não podia suportar mais a humilhação e discriminação que eles faziam, quando nós vamos fazer o trabalho que eles chamam de ‘essencial’ agora na pandemia (Mercedes).



Ailén Possamay, *Sem título*, González Catán, provincia de Buenos Aires, 2019.

Os nós da colonialidade são apertados de múltiplas maneiras de acordo com cada corpo, rosto e história. E se acentuam expondo – se ainda é possível – ainda mais as mulheres migrantes e racializadas a circuitos violentos de escravidão moderna.

As mulheres migrantes carregam um peso de todo esse racismo que existe [...] mulher negra, mulher indígena, é ainda muito mais complicado nessa questão porque realmente é como [...] uma maneira escravizante de fazer esse trabalho. Quando você é uma migrante, o trabalho não é reconhecido (Rafaela Pimentel Lara).

Por último, Mercedes nos lembra a forma como opera a ligação entre a falta de regulamentação e os direitos trabalhistas e sociais, e a exposição à violência das mulheres migrantes à vontade dos empregadores:

Trabalhei com colegas domésticas imigrantes que dormem nas casas em que trabalham e a discriminação que sofrem é o dobro da nossa. Eles não as deixam descansar, aproveitam sua situação porque estão sozinhas, [...] milhares de vezes me pediram meninas e quando te pedem meninas, te dizem: ‘se são do Paraguai ou do Peru melhor’ e por dentro eu digo ‘...é claro, porque se elas são migrantes você pode explorá-las mais’ (Mercedes).

A crise da pandemia aprofundou uma desigualdade histórica

Paradoxalmente, a primeira linha de cuidados e o último elo em uma cadeia de violações, violências e abusos, é o duplo lugar em que essas trabalhadoras foram colocadas simultaneamente. “Eu contraí Coronavírus limpando a casa dos outros, [...] nossa situação ficou pior e isso acontece porque estávamos em absoluta informalidade. E na pandemia eles fizeram o que queriam conosco” (Evelyn Cano).

Ao mesmo tempo, como é o caso dos trabalhadores migrantes em diferentes setores da economia, a crise da pandemia levou a uma maior exposição a violências trabalhistas, sociais e econômicas. Delia, observando essa realidade a partir da lente migrante e feminista, como integrante do coletivo Ni Una Migrante Menos, resume:

[...] essa exploração dessas pessoas vai começar a se agravar ainda mais. Se agora não temos trabalho, depois não vamos ter. Obviamente, vamos terminar então aceitando o que aparecer: os preços que nos deem, as condições que nos coloquem. Vamos terminar aceitando porque precisamos trazer algum dinheiro para nossas famílias. E as pessoas que migram vão precisar de alguma forma tentar encontrar esse dinheiro para enviar a nossas famílias para que possam sobreviver [...]. Definitivamente, muitos dos que estão retornando de outros países [...] vão migrar novamente. Mas vão migrar em condições piores do que já migraram antes (Delia Colque).

Migrar em condições piores, porque as economias locais devem ser reativadas e para isso se precariza a vida, se cortam direitos e se



Mara Valdés. *Não há mulheres mais fortes que aquelas que sustentam umas às outras*, Ensenada, Província de Buenos Aires, 2020

emprega aos que mais desprotegidos estão. O avanço do capital no aprofundamento de todas as crises é contundente. Sem embargo, a organização de trabalhadores/as continua a enfrentar e conter sua lógica perversa.

A migração é uma estratégia de sobrevivência, mas também um caminho – não linear e multidimensional – que se abre para quem decide se afastar da violência sexual, econômica, institucional e familiar. Como parte desses itinerários precários, o trabalho doméstico é quase a única saída. Mas também a condição de possibilidade para começar a ter autonomia econômica, conseguir documentos, recuperar a autoestima e a capacidade de agir por conta própria e com outras/os. Nos espaços coletivos de trabalhadoras há “acorpamento”², irmãs e amigos; para além do sacrifício e do dever de ser, aprende-se, desfruta-se e se compartilha.

Apesar dos múltiplos processos de anulação e exploração a que essas trabalhadoras estão expostas, existem milhares de companheiras que colocam em prática poder e resistência criativa que disputa e constrói rebeldias emancipadoras. “Que trema o patriarcado. Nem domésticas, nem domesticadas. Nem submissas, nem devotas. Indomésticas”, nomeiam-se as trabalhadoras domésticas de casas privadas em Buenos Aires. “Nós movemos o mundo e este mundo vamos mudar”, dizem as companheiras do Território Doméstico, porque “mudar o trabalho domiciliar e de cuidados seria revolucionar tudo na raiz”, como dizem trabalhadoras não domesticadas de Bilbao. As mulheres trabalhadoras do lar e de cuidados não só elevam suas vozes e gritam “basta”: elas se movem, se organizam e criam redes para “virar tudo de cabeça para baixo”.



CONTINUAMOS AGITANDO O VESPEIRO

Décadas de neoliberalismo sempre parecem explodir sobre os mesmos corpos. A crise na sociedade salarial não alterou a distribuição desigual do trabalho de cuidados, nem seu reconhecimento como elemento constitutivo de todas as vidas, apesar da politização que os feminismos recriaram em torno dessa discussão desde os anos setenta até os dias atuais.

Nos precederam grandes experiências de resistência de companheiras decididas a mexer no vespeiro e aliviar o papel fundamental do trabalho doméstico, do lar e de cuidados na sustentação e reprodução de nossas sociedades. As lutas da década de 1970 pelo reconhecimento do trabalho doméstico e pela criação da Campanha Internacional pelo Salário do Trabalho Doméstico (WfH, sigla em inglês) são um ponto de referência para quem se propõem recuperar essas discussões hoje. Atualmente também vemos isso nas lutas das trabalhadoras Ativistas Sociais Sanitárias Credenciadas (ASHA, sigla em inglês) na Índia - por Equipamentos de Proteção Individual (EPI), reconhecimento e remuneração, e nas enfermeiras sul-africanas que reivindicam EPIs, kits de testagem e melhor organização do sistema sanitário (CoronaChoque n. 4: CoronaChoque e Patriarcado, 2020), que mexeram no vespeiro durante este ano de crise e pandemia. São essas lutas que fizeram Thomas Sankara criar, em Burkina Faso, um dia de solidariedade no qual os homens tinham que fazer o trabalho de cuidados e domésticos, como forma de politizar as dinâmicas e trabalhos que ocorrem dentro dos lares, as violências e as desigualdades sobre

as quais se sustentam. São também essas lutas que garantiram que as Constituições da Venezuela e do Equador, por exemplo, reconheçam o trabalho no lar como parte da atividade econômica.

A pandemia destapou uma panela dentro da qual se estavam cozinhando as desigualdades, injustiças e assimetrias que ordenam o mundo de maneira violenta. As dinâmicas de opressão de corpos expostos a jornadas de trabalho eternas, remuneradas e não remuneradas dentro e fora do lar. O isolamento e a restrição de circulação provaram ser uma combinação explosiva para quem inventa o trabalho diariamente, para aqueles/as cujos direitos trabalhistas não são reconhecidos, que são afetados/as pela falta de moradia ou pela precariedade territorial. A premissa do confinamento, como resposta global à crise sanitária, reforçou uma lógica “familiarista” na qual se recolocaram tramas de violência, opressão e exploração.

Quem cuida, como e a que custo? Para quem trabalhamos, dentro e fora das casas? Como são distribuídos esses trabalhos? Quem dispõe da renda e quem dispõe do tempo para cobrir as tarefas domésticas? A pandemia revelou questões e as fez chegar a novos rincões.

No entanto, em tempos difíceis as redes que sustentam a vida também são fortalecidas, as resistências se atualizam e as solidariedades se ativam. Os conflitos se tornam audíveis, as tramas comunitárias são visibilizadas, outras formas de familiaridade, não sanguíneas, mas políticas e territoriais, são inventadas.

Diante desse sistema que isola, muitas mulheres, lésbicas, travestis e trans se envolvem em diferentes espaços e os ressignificam como

lugares de luta. Um parque onde levam uma pessoa a quem cuidam, um refeitório comunitário, uma esquina de um bairro, uma parada de ônibus, a quitanda ou a saída da escola se tornam trincheiras de construção do comum.

Como parte desse processo, o que chamamos de lar se politiza, suas fronteiras se tornam difusas e móveis. A imagem hegemônica de “lar feliz” é revelada como um território nodal no qual opera a violência patriarcal. A divisão sexual injusta do trabalho dentro das famílias é replicada fora delas. Para modificá-la, os fundamentos devem ser revisados, as redes de afeto devem ser fortalecidas e os mandatos da família patriarcal devem ser desfeitos. Disputar os contornos do que chamamos de lar envolve problematizar os processos e dinâmicas que ocorrem em seu interior. Trata-se de ampliar seus limites, questionar os papéis, recriar outros tipos de responsabilidades e parentescos.

Ao longo deste mapeamento, identificamos certas pontes em comum. Por um lado, a feminização e o aumento da carga de cuidados para sustentar o que ninguém mais sustenta nas casas, nos bairros e no trabalho doméstico. Mas, por outro lado, também as rebeldias cotidianas que ressignificam condições e situações a partir da inteligência coletiva. Rotinas, silêncios e crueldade são confrontados com risos, abraços e até danças e canções. Outros mundos possíveis são recriados e prefigurados nos interstícios das formas de resistência. O diagnóstico feminista e coletivo da dimensão desta crise fornece ferramentas, tons e material para a construção dessa nova vida que desejamos.



Notas

¹ Trecho do discurso de Deolinda Carrizo, do Movimento Camponês de Santiago del Estero (Mocase), no lançamento da Secretaria da Mulher e Diversidade, do Sindicato dos Trabalhadores da Economia Popular (UTEP), em 8 de março de 2020.

² Se refere ao exercício político de conceber o corpo como um território de luta que se convoca e se enreda junto a outros corpos para sustentar coletivamente resistências às expropriações e violências a partir da centralidade da vida e dos cuidados, não como um exercício de um dever ou sacrifício, mas do desejo, do reconhecimento de nos saber vulneráveis, interdependentes e corresponsáveis de contribuir com a emancipação dos territórios que habitamos.



Referencias Bibliográficas

Carrasco, Cristina (Ed.). *Con voz propia. La economía feminista como apuesta teórica y política*. Madrid: La Oveja Roja, 2014

Carrasco, Cristina; Borderías, Cristina y Torns, Teresa (Eds.). *El trabajo de cuidados. Historia, teoría y políticas*. Madrid: Catarata, 2011.

Colectivo IOÉ. *Mujer, inmigración y trabajo*. Madrid: Ministerio de Asuntos Sociales, 2001.

Departamento de Protección Social (SOCPRO) en colaboración con INWORK. *Protección social del trabajo doméstico: tendencias y estadísticas / Oficina Internacional del Trabajo*. Ginebra: Organización Internacional del Trabajo, 2016.

Federici, Silvia. *Revolución en punto cero. Trabajo doméstico, reproducción y luchas feministas*. Madrid: Traficantes de sueños, 2013.

Federici, Silvia. *El patriarcado del salario. Críticas feministas al marxismo*. Madrid: Traficantes de sueños, 2018.

Federici, Silvia y Austen, Arlen. *Salario para el trabajo doméstico. Comité de Nueva York 1972-1977. Historia, teoría y documentos*. Madrid: Traficantes de Sueños, 2019.

Fraser, Nancy. "Contradictions of Capital and Care". *New Left Review* n. 100, July/August 2016.

Gago, Verónica. *La potencia feminista. O el deseo de cambiarlo todo*. Buenos Aires: Tinta Limón, 2019.

Gonzalez Reyes, María; Gascó, Emma y Herrero, Yayo. *La vida en el Centro: Voces y relatos ecofeministas*. Madrid: Libros en Acción, 2019.

Instituto Tricontinental de Investigación Social. *CoronaChoque e o patriarcado*. Estudio CoronaChoque n. 4, 2020. <https://www.thetricontinental.org/es/studies-4-coronashock-y-patriarcado/> (Acesso em: 29 ago. 2020).

Saúde é uma escolha política, 2020. Dossiê n. 29. <https://www.thetricontinental.org/es/dossier-29-salud/> (acesso em: 29 ago. 2020).

James, Selma y Dalla Costa, Mariarosa. *El poder de la mujer y la subversión de la comunidad*. Ciudad de México: Siglo XXI, 1979.

Larguía, Isabel y Doumolin, John. *Hacia una ciencia de la liberación de la mujer*. Barcelona: Anagrama, 1976.

Ministerio de Trabajo, Empleo y Seguridad Social. *Condiciones de empleo, trabajo y salud de Trabajadoras Domésticas de Casas Particulares. Resultados de la ECETSS 2018*. Producido por Observatorio de Salud y Seguridad en el Trabajo, Ministerio de Trabajo, Empleo y Seguridad Social, 2020. http://www.trabajo.gob.ar/downloads/estadisticas/ecetss/ecetss_casas-particulares.pdf (acesso em: 29 ago. 2020).

Moscoso, Mafe. “Guayaquil ‘colonial’ virus”, *El salto*, 4 de abril de 2020, <https://www.elsaltodiario.com/el-rumor-de-las-multitudes/guayaquil-colonial-virus> (acceso em: el 29 ago. 2020).

Navarro Trujillo, Mina y Gutiérrez, Raquel. “Claves para pensar la interdependencia desde la Ecología y los Feminismos”, *Bajo el Volcán*, n° 28, marzo-agosto, 2018.

Observatorio de Salud y Seguridad en el Trabajo. *Condiciones de empleo, trabajo y salud de Trabajadoras Domésticas de Casas Particulares. Resultados de la ECETSS 2018, abril de 2020*. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: Ministerio de Trabajo, Empleo y Seguridad Social, <http://www.trabajo.gob.ar/downloads/estadisticas/ecetss/ecetss-casas-particulares.pdf> (consultado el 19 de enero de 2021).

Parello Rubio, Sonia. *Mujer, inmigrante y trabajadora: la triple discriminación*. Barcelona: Anthropos, 2003.

Pérez Orozco, Amaia. *Subversión feminista de la economía. Aportes para un debate sobre el conflicto capital-vida*. Madrid: Traficantes de Sueños, 2014.

Quintana, Liz y Roco, Josefina. “Trabajo doméstico | Detrás de la chica robot”, *El salto*, <https://www.elsaltodiario.com/trabajo-domestico/columna-abolicion-cuarto-servicio>, 31 de diciembre de 2019, (consultado el 15 de enero de 2021).

Roco, Josefina. *Trabajadoras no Domesticadas. Diagnóstico Participativo y Plan de Acción Integral*. Bilbao: Mundubat Fundazioa, 2018.

Rubin, Gayle. “El tráfico de mujeres: notas sobre la ‘economía política del sexo’”, *Nueva Antropología*, vol. VIII, nº 30, noviembre, 1986, 95-145. Ciudad de México: Asociación Nueva Antropología A.C., 1986.



Este dossiê foi feito pelo coletivo Mapeos Feministas juntamente com o Escritório de Buenos Aires do Instituto Tricontinental de Pesquisa Social.

Ana Julia Bustos é filósofa, professora e pesquisadora. Camila Baron é economista e colaboradora no suplemento feminista de Pagina12. Magdalena Roggi é socióloga, professora e educadora popular. Josefina Roco é doutorada em Estudos Internacionais e Interculturais. Maisa Bascuas é cientista política, professora e pesquisadora do Instituto Tricontinental de Pesquisa Social. Todas são militantes populares feministas.







Instituto Tricontinental de Investigación Social
*es una institución promovida por los movimientos,
dedicada a estimular el debate intelectual al servicio de
las aspiraciones del pueblo.*

www.eltricontinental.org

Instituto Tricontinental de Pesquisa Social
*é uma instituição internacional, organizado por
movimentos, com foco em estimular o debate intelectual
para o serviço das aspirações do povo.*

www.otricontinental.org

Tricontinental: Institute for Social Research
*is an international, movement-driven institution
focused on stimulating intellectual debate that serves
people's aspirations.*

www.thetricontinental.org